

A economia explosiva de 84

PRATINI DE MORAES

O ano de 1984 inicia-se sob o signo de alguns fatos relevantes que julgo oportuno comentar. Em primeiro lugar, cumprimos a meta de gerar um **superávit** comercial superior a 6 bilhões de dólares em 1983, quando em 1982 havia-se atingido apenas 780 milhões. Esse **superávit** não somente foi o maior da história do País, mas foi obtido em um ano em que as incertezas do comércio internacional e o Estado ainda recessivo das economias dos principais países industrializados levava muitos a concluir pela sua inviabilidade.

O segundo fato importante diz respeito à conclusão das negociações tanto com o Fundo Monetário Internacional quanto com a comunidade bancária internacional. Em relação à primeira, estabeleceu-se um conjunto de metas quantitativas a serem cumpridas ao longo do primeiro trimestre de 1984. Essas metas incluem uma redução global dos meios de pagamentos do primeiro trimestre da ordem de 3,8% e uma expansão da base monetária, em igual período da ordem de 2% para o ano como um todo a expansão monetária programada e da ordem de 50% de forma a reduzir as pressões inflacionárias e permitir, que já no final do ano, a taxa de inflação se aproxime de patamares significativamente menores do que os atualmente observados. Fatores complementares foram também estabelecidos para a expansão do crédito interno líquido — que deverá declinar ao longo do primeiro trimestre — e para as taxas de juros e a correção monetária, a idéia subjacente é a de que sejam mantidas taxas reais de juros positivos como forma de aumentar a eficácia dos instrumentos de controle monetário ao longo do trimestre. Isto se traduz no objetivo de manter a correção monetária pelo menos igual à inflação verificada, deduzidos os expurgos relativos a aumentos acidentais da taxa de inflação ocorrida. O segundo ponto importante diz respeito ao ajustamento fiscal pretendido. A carta suplementar de intenção entregue pelo Brasil ao Fundo estabelece a meta ambiciosa de um **superávit** fiscal da ordem de 0,3% do PIB como requisito complementar de ajustamento, no intuito de aliviar o peso do ajustamento sobre fatores puramente monetários. Diversas medidas já foram adotadas na área da arrecadação fiscal para tornar essa meta factível, a um tempo em que os orçamentos de dispêndio do setor público estão sendo fortemente comprimidos. A esse respeito foram tomadas medidas de longo alcance visando a uma redução imediata dos subsídios embutidos na provisão do crédito à agricultura e ao setor exportador que agora operam com taxas de juros positivas. Todo o programa tem sido suplementado mediante cortes significativos nos programas de investimento das empresas estatais.

Todas essas medidas nas áreas fiscal e monetária têm por objetivo uma forte redução no total do financiamento requerido pelo setor público brasileiro em 1984. A meta é atingir-se um teto de 9% do PIB em 1984, com parâmetro a estimativa de um total de financiamentos requeridos pelo setor

público em 1983 da ordem de 18,6% no que respeita ao setor externo da economia a principal provisão do programa consiste na manutenção da regra de paridade nas minidesvalorizações cambiais. Com base nesse princípio, a meta global para o balanço de pagamentos é a de encerrar-se o trimestre com um saldo global da ordem de 100 milhões de dólares.

No que concerne à comunidade bancária internacional, assinamos em janeiro o "pacote" de financiamento referente ao jumbo de 6,5 bilhões de dólares. Essas negociações, a despeito das dificuldades relativas a alguns tópicos, como a manutenção das linhas de crédito interbancário, representam também importante passo no sentido de assegurar a necessária tranquilidade externa para a consecução do próprio programa de ajustamento interno assente com o Fundo.

Menciono todos esses pormenores referentes aos nossos compromissos externos para fornecer uma idéia da extensão de nossos compromissos e dos sacrifícios que estamos dispostos a arcar a fim de continuar honrando nossos compromissos internacionais. O preço pago tem sido alto. Ao longo de três anos perdemos 15 por cento de nossa renda per capita; o produto industrial declinou mais de 7 por cento em 1983, e cerca de 16% desde que iniciamos em 1981 o programa de ajustamento, que ora prossegue. Sem dúvida alguma, entramos no quarto ano desse ajustamento penoso, de características tão diversas do ajustamento "estrutural" que países como os Estados Unidos e os da Europa Ocidental bem como o Japão estão realizando. Porque neles trata-se de desativar indústrias estabelecidas, muitas delas, no início do século e hoje totalmente depreciadas; para todas elas o fator central de "reindustrialização" e a perda de vantagens comparativas, como é o caso da indústria siderúrgica e têxtil nos Estados Unidos. No nosso caso o "ajustamento estrutural" tem se manifestado através da geração de capacidade ociosa justamente naqueles setores em que ganhamos vantagens comparativas, pelo nosso investimento mais moderno e eficiente e pela dotação relativa dos fatores de produção em nosso País.

Em 1984 estaremos novamente cumprindo a principal meta do programa de ajustamento brasileiro, que não mencionarei, mas que agora aponto. Buscaremos alcançar **superávit** comercial de 9 bilhões de dólares este ano. No mês de janeiro recém-encerrado realizamos o maior **superávit** — para o mês em questão — de toda a história do comércio exterior brasileiro: 585 milhões de dólares, que ajustado sazonalmente corresponde a um **superávit** corrigido de 800 milhões. Vamos lograr esse objetivo porque é parte integrante de nosso programa global de ajustamento e porque é necessário para assegurar que as disponibilidades de financiamento dos bancos comerciais e dos organismos multilaterais de crédito contribuam, para financiar o nosso balanço de pagamentos — mas não temos ilusões de que

a persistência desses **superávits** está-nos transformando em exportadores líquidos de poupanças para o exterior, contribuindo para nosso empobrecimento como nação, principalmente porque uma parcela significativa do **superávit** está sendo obtida através de um drástico corte nas nossas importações (que somente no ano passado declinaram mais de 22 por cento no que se refere a importações outras que não as de petróleo). Na própria área energética nossos esforços têm também levado a uma significativa redução das importações, havendo sido estabelecido como meta para a produção interna de petróleo 500 mil barris/dia em 1984. Enquanto isso a de álcool combustível já ultrapassou 100 mil barris diários. Este é outro exemplo de "reindustrialização" que vem sendo realizada em prazo relativamente curto e que ainda mantém elevados os investimentos dos setores público e privado.

Esse panorama do programa de ajustamento brasileiro, evidentemente, mostra a intensidade de nosso comprometimento com o programa de estabilização interno e como honrar nossos compromissos externos. Contudo, para que os esforços e sacrifícios sejam bem sucedidos, somente o crescimento do comércio exterior a taxas superiores aos níveis das taxas de juros pagas sobre nosso endividamento externo poderão contribuir para uma solução de longo prazo. Enquanto o comércio exterior crescer a taxas inferiores às prevalecentes no mercado internacional para as taxas de juros, as dívidas dos países devedores crescerão mais que a capacidade de pagar desses países. O sistema caminhará para uma solução explosiva, onde, a despeito da intenção, se sobreporão os fatos. Só poderemos pagar na medida em que tivermos receita em moeda estrangeira, e só a teremos em montante suficiente se pudermos exportar mais.

Essas considerações me levam a considerar dois aspectos finais: o crescente protecionismo nos países industrializados e uma fonte adicional de inércia sobre o crescimento do comércio internacional entre os países credores e os países devedores. O reconhecimento de que a redução das pressões protecionistas é um pré-requisito para uma solução duradoura do problema do endividamento, contudo, ainda não tornou-se moeda corrente nas discussões internacionais. O segundo aspecto diz respeito à necessidade de se reestruturar os prazos de vencimento das dívidas e de se estipular novas taxas de juros, diversas das taxas flutuantes ora praticadas. Essa seria uma contribuição significativa diante da incapacidade do comércio internacional de crescer a taxa requerida para propiciar a aptidão de pagar dos países endividados. Porque, não se iludam os credores, os países endividados do hemisfério não poderão se transformar permanentemente em exportadores de capital sem que um acirramento dos problemas políticos e sociais venha a pôr em risco sua própria estabilidade desses países, sobre a qual se assenta toda a estratégia de ajustamento ora em curso.

O autor deste artigo é deputado federal pelo PDS do Rio Grande do Sul